



Boletim de Indicadores do COMÉRCIO

Abril de 2015 – número 7

Um balanço do Comércio em 2014 a partir dos principais indicadores

Com o objetivo de subsidiar os dirigentes sindicais para as negociações salariais, a Rede Comerciários do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico) elaborou este breve balanço do setor, com informações sobre o desempenho das vendas, além de dados sobre o mercado de trabalho da categoria comerciária e as expectativas para 2015.

A importância do comércio na economia

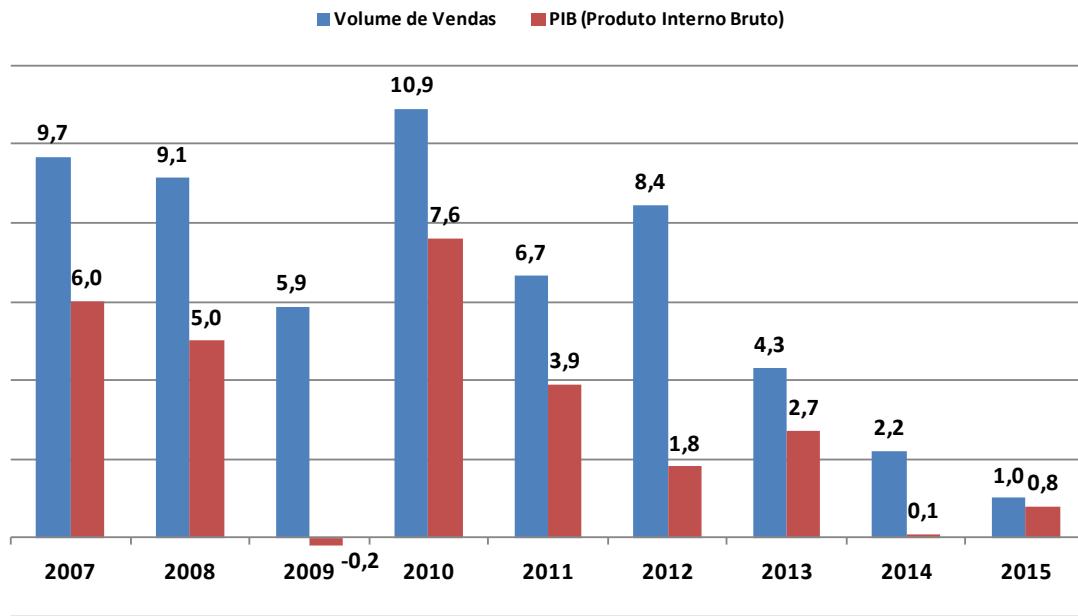
A expressiva força de trabalho, o consumo das famílias, o desempenho das vendas nos últimos anos, o peso/contribuição na composição do PIB (setor terciário que engloba o comércio responde por cerca de 70% do PIB) mostram a relevância e a contribuição do setor do comércio para a economia brasileira. Composto por três grandes segmentos (varejo, atacado e veículos) o comércio é um setor que incorpora desde grandes redes nacionais e internacionais até uma imensa quantidade de micro e pequenos estabelecimentos familiares, demanda um grande número de trabalhadores e é um tradicional absorvedor de mão de obra. Em 2013, o Brasil

contava com 9,5 milhões de comerciários, 19,4% dos trabalhadores formais no país, ficando atrás somente do setor de serviços (34,2%).

O desempenho do comércio varejista, medido pelo indicador *Crescimento das vendas*, encerrou 2014 com resultados superiores ao do Produto Interno Bruto (PIB), como já havia acontecido nos anos anteriores. O varejo e o PIB cresceram, em termos reais (descontada a inflação), 2,2% e 0,1%, respectivamente. Para 2015, a projeção¹ é de crescimento de 1,0% nas vendas do setor (Gráfico 1). Ainda que haja correlação entre os dois indicadores, o crescimento do comércio tem sido sempre superior ao crescimento do PIB, no período em análise. Mesmo em cenário de estagnação do PIB, como em 2009 e 2012, o comércio cresceu fortemente. Nos últimos anos, o setor tem sido embalado pelo dinamismo do mercado interno, por meio do crescimento do emprego e da expansão da massa salarial. As duas principais determinantes do setor, renda e crédito, continuaram crescendo, ainda que num ritmo mais modesto do que nos anos anteriores. A despesa de consumo das famílias, componente fundamental do PIB, sob a ótica da demanda, teve expansão de 0,9% em 2014, 11º ano consecutivo de crescimento. Este crescimento foi favorecido pelo avanço de 4,1% da massa salarial, em termos reais, e pelo acréscimo de 5,5% (em termos nominais) do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. O aumento do salário mínimo, os reajustes dos pisos regionais, os ganhos salariais das categorias, os programas de transferências de renda e o crescimento do volume de crédito têm contribuído para os bons resultados do setor. Ademais, somente entre 2007 e 2014, o Brasil gerou 12 milhões de empregos formais, reduzindo a taxa de desemprego e aumentando fortemente a formalização, com impacto direto sobre o desempenho do comércio.

¹ Feita pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

GRÁFICO 1
Crescimento do volume de vendas do comércio e PIB (em %)
Brasil – 2007 a 2015



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio e Contas Nacionais

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Nota: *Projeção de crescimento do comércio em 2015 feita pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); PIB, estimativa do Ministério da Fazenda

Obs.: Crescimento real do volume de vendas e do PIB, já descontada a inflação.

Desempenho das vendas (crescimento real)

O comércio brasileiro registrou resultados positivos entre janeiro e dezembro de 2014 diante de igual período do ano anterior. Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE), o setor vendeu, no ano passado, 2,2% a mais do que em 2013. As vendas cresceram em todas as unidades da Federação. Os aumentos mais expressivos no volume de vendas foram verificados nos estados do Acre (12,6%), Roraima (9,9%), Rondônia (9,3%) e Amapá (9,0%) como pode ser visto na Tabela 1. Da mesma forma que nos últimos anos, o crescimento foi diferenciado por região do país, com a maior expansão, em 2014, verificada no Norte e a menor, no Sul.

TABELA 1
Crescimento do volume de vendas do comércio por unidade da Federação -
Brasil – 2014

	(em %)
Brasil	2,2
Norte	
Rondônia	9,3
Acre	12,6
Amazonas	0,3
Roraima	9,9
Pará	2,9
Amapá	9,0
Tocantins	5,7
Nordeste	
Maranhão	5,5
Piauí	2,6
Ceará	5,7
Rio Grande do Norte	3,2
Paraíba	2,6
Pernambuco	2,8
Alagoas	4,5
Sergipe	1,6
Bahia	4,6
Sudeste	
Minas Gerais	2,6
Espírito Santo	0,3
Rio de Janeiro	3,2
São Paulo	1,2
Sul	
Paraná	2,3
Santa Catarina	0,4
Rio Grande do Sul	2,3
Centro-Oeste	
Mato Grosso do Sul	4,1
Mato Grosso	2,5
Goiás	1,4
Distrito Federal	0,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio.

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Dos 12 segmentos do comércio verificados pela pesquisa, sete registraram expansão em 2014, com destaque para Artigos farmacêuticos, médicos e ortopédicos (9,0%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,9%). Já no comércio de material de construção houve estabilidade (0,0%). Dos quatro segmentos que apresentaram variação negativa, Veículos, motos, partes e peças (-9,4%) registrou o maior recuo. Também se destaca o segmento de livros, jornais e

revistas com uma retração significativa (-7,7%), reflexo não só de preços elevados, mas da substituição do consumo pelo meio eletrônico (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Crescimento do volume de vendas do comércio por segmento (em%)
Comércio varejista – Brasil – 2014



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio
Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

O emprego formal no comércio em 2014

Em 2014, o comércio nacional continuou sua trajetória como grande polo gerador de postos de trabalho. Neste setor, entre admissões e desligamentos, houve um saldo positivo de aproximadamente 186 mil postos de trabalho com registro em carteira no país em 2014. À frente dele situou-se somente o setor de serviços, com 486 mil (Tabela 2).

O saldo do comércio foi obtido pela diferença entre as 5.353.419 admissões e 5.166.505 desligamentos. Essa elevada movimentação de trabalhadores, contudo evidencia uma característica marcante do setor e que continua a persistir: a rotatividade da mão de obra. Este mecanismo é bastante utilizado como forma de redução de custos empresariais que, por sua vez, causa necessidade de investimentos em requalificação de empregados, reflexos negativos nas contas públicas, com maior quantidade de acessos ao seguro-desemprego e saques no

FGTS, e, sobretudo, insegurança na perspectiva de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Com exceção do setor do comércio e dos serviços, os demais setores registraram resultados negativos, ou seja, houve fechamento de vagas formais na indústria de transformação (-163 mil), na construção civil (-110 mil) e na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-1,5 mil). Comércio e Serviços tiveram, portanto, um papel central na expansão do emprego formal em 2014, ainda que em percentual modesto.

TABELA 2
Saldo da movimentação (admitidos-desligados) do emprego formal por setor econômico
Brasil – 2014

Setores	Admitidos	Desligados	Saldo
Indústria de transformação	3.855.394	4.018.741	-163.347
Construção Civil	2.732.031	2.842.064	-110.033
Comércio	5.353.419	5.166.505	186.914
Serviços	8.691.084	8.204.898	486.186
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.155.797	1.157.381	-1.584
Total	21.787.725	21.389.589	398.136

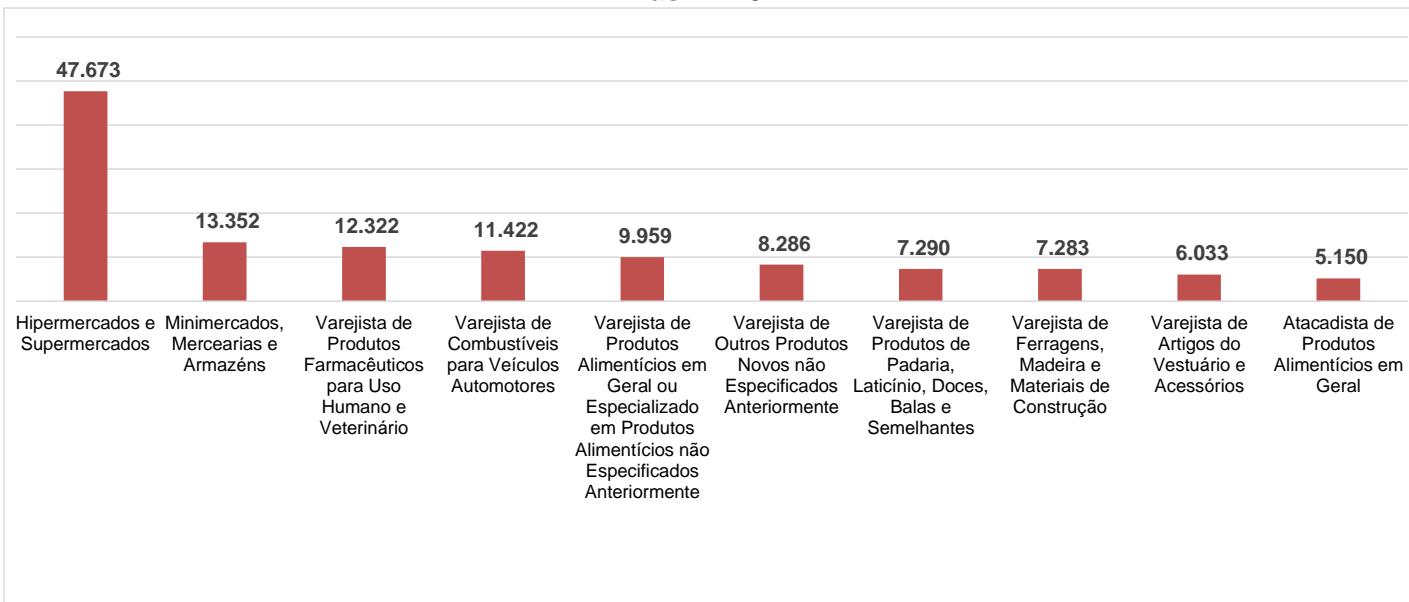
Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 26/03/2015

Entre os segmentos do comércio, aqueles que mais contribuíram para a geração de postos de trabalho foram: Hipermercados e Supermercados (47,6 mil), Minimercados e armazéns (13,3 mil) e Varejista de Produtos Farmacêuticos para Uso Humano e Veterinário (12,3 mil). O 4º segmento que mais gerou vagas foi o Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, com aproximadamente 11,4 mil, comportamento que está em sentido oposto ao de vendas de autos e motos, que eliminaram empregos em 2014 (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Os 10 segmentos do comércio com MAIOR saldo
Brasil – 2014



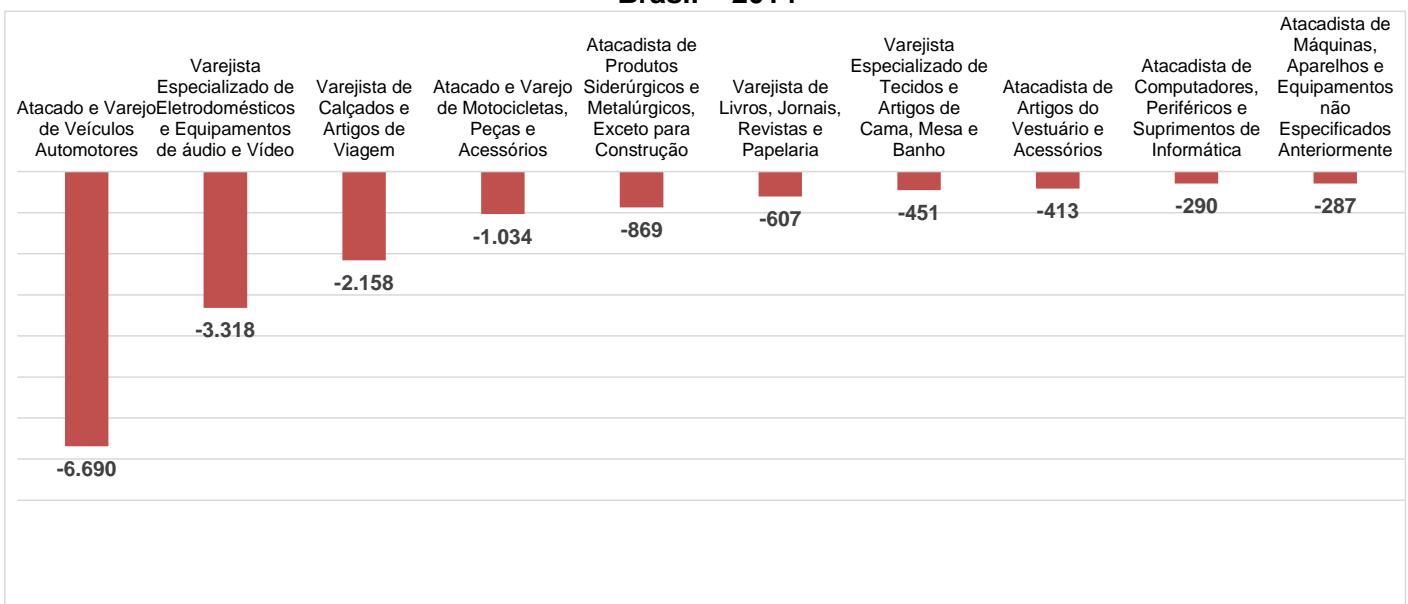
Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 31/03/15

O fechamento de postos em alguns segmentos, em 2014, tem acendido o sinal de alerta das organizações dos trabalhadores. Com o desaquecimento econômico, parte dos segmentos apresentaram saldos negativos, ou seja, desligaram mais empregados do que admitiram, como ocorreu em Atacado e Varejo de Veículos Automotores (-6.690), Varejista Especializado de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo (-3.318), Varejista de Calçados e Artigos de Viagem (-2.158) e Atacado e Varejo de Motocicletas, Peças e Acessórios (-1.034). (Gráfico 4)

GRÁFICO 4
Os 10 segmentos do comércio com MENOR saldo
Brasil – 2014



Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 31/03/15

Comportamento do emprego por tamanho do estabelecimento

O setor Comércio apresenta grande variação entre seus empreendimentos, reunindo desde grandes multinacionais até pequenos comércios locais. Neste panorama, os pequenos comércios, com até quatro empregados, continuam a ser os principais responsáveis pela geração de postos de trabalho do setor, com mais de 351 mil pessoas que nele atuam (Tabela 3).

Se por um lado houve concentração da geração de vagas, por outro, o fechamento dos postos foi mais disperso. Vagas foram eliminadas em estabelecimentos de diferentes portes, incluindo aqueles com entre 05 e 09 empregados (-61 mil) até nos com entre 100 e 249 empregados (-2,7 mil), de forma ininterrupta. Também foram fechados postos em grandes empresas, com mais de 1.000 empregados, nas quais o resultado foi negativo (-1,4 mil).

TABELA 3
Saldo da movimentação do emprego formal (admitidos-desligados) no comércio
segundo tamanho do estabelecimento
Brasil - 2014

Tamanho do estabelecimento	Admitidos	Desligados	Saldo
Até 4 empregados	1.407.986	1.056.872	351.114
De 5 a 9 empregados	779.277	840.791	-61.514
De 10 a 19 empregados	856.817	913.303	-56.486
De 20 a 49 empregados	888.175	928.346	-40.171
De 50 a 99 empregados	520.384	533.194	-12.810
De 100 a 249 empregados	543.300	545.998	-2.698
De 250 a 499 empregados	230.045	223.960	6.085
De 500 a 999 empregados	85.624	80.801	4.823
1000 ou mais	41.811	43.240	-1.429
Total	5.353.419	5.166.505	186.914

Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas no dia 26/03/2015.

Rendimento dos admitidos e desligados

A remuneração média dos admitidos no comércio aumentou nominalmente 7,6% (variação real, além da inflação, de 1,29%)² em 2014, em comparação com 2013, variando de R\$ 964,24 para R\$ 1.037,55, enquanto entre os desligados o aumento foi de 9,0% (aumento real de 2,71%), variando de R\$ 1.026,00 para R\$ 1.118,47.

Em decorrência deste movimento, houve cresceu a desigualdade salarial entre admitidos e desligados no setor. Em 2013, a remuneração média dos admitidos representava 94,0% da recebida pelos desligados, já em 2014 esta diferença foi de 92,8%. Isso significa que a rotatividade diminui a remuneração dos trabalhadores, e reduziu também os reajustes salariais conquistados nas negociações coletivas pelo movimento sindical.

Unidades federativas

A geração de vagas do comércio também é diferenciada entre os estados. Os maiores saldos absolutos de emprego foram atingidos no Sudeste e Sul: São Paulo

² Referência: INPC/IBGE = 6,23%.

(38,3 mil), Minas Gerais (20,4 mil) e Rio de Janeiro (13,7 mil), este bastante próximo ao do verificado no Rio Grande do Sul (Tabela 4).

TABELA 4
Saldo e remuneração média dos admitidos e desligados no setor do comércio
Brasil e Unidades da Federação – 2014

Unidades da Federação	Saldo (absoluto) (Adm. - Desl.)	Salário Médio (R\$)		Relação Salário Adm./ Salário Desl. (%)
		Admitidos (Adm.)	Desligados (Desl.)	
Brasil	186.914	1.037,55	1.118,47	92,8
Norte				
Rondônia	1.394	911,72	993,21	91,8
Acre	519	835,71	903,95	92,5
Amazonas	3.437	889,16	1.031,11	86,2
Roraima	1.551	807,88	847,45	95,3
Pará	3.552	899,63	984,41	91,4
Amapá	976	812,25	912,06	89,1
Tocantins	860	870,02	946,50	91,9
Nordeste				
Maranhão	4.681	883,48	986,69	89,5
Piauí	1.840	860,53	961,41	89,5
Ceará	12.000	853,20	939,03	90,9
Rio Grande do Norte	3.255	823,80	894,84	92,1
Paraíba	4.773	876,67	933,92	93,9
Pernambuco	3.830	923,72	1.055,83	87,5
Alagoas	1.952	839,31	891,06	94,2
Sergipe	2.528	837,60	897,74	93,3
Bahia	9.427	883,22	960,43	92,0
Sudeste				
Minas Gerais	20.436	907,39	967,99	93,7
Espírito Santo	4.645	956,60	1.053,21	90,8
Rio de Janeiro	13.756	1.009,29	1.066,94	94,6
São Paulo	38.257	1.228,10	1.308,05	93,9
Sul				
Paraná	13.287	1.052,42	1.140,24	92,3
Santa Catarina	11.562	1.113,97	1.207,20	92,3
Rio Grande do Sul	13.709	977,35	1.065,97	91,7
Centro-Oeste				
Mato Grosso do Sul	1.892	964,39	1.028,91	93,7
Mato Grosso	2.637	959,63	1.034,28	92,8
Goiás	10.147	918,39	1.026,76	89,4
Distrito Federal	11	963,76	1.015,84	94,9

Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas no dia 19/03/2015

Nas demais regiões, destaques positivos foram registrados no Ceará (12 mil) e Goiás (10,1 mil), com resultados bem superiores ao dos demais estados das respectivas regiões, Nordeste e Centro-Oeste.

Na relação entre remuneração de admitidos e desligados, são encontradas desigualdades em todos os estados da Federação, ainda que em níveis diferentes. As maiores desigualdades (medidas pelas menores proporções entre remunerações médias dos admitidos em relação ao dos desligados) ocorreram em: Amazonas (86,2%), Pernambuco (87,5%) e Amapá (89,1%). Já os estados com menor desigualdade foram: Roraima (95,3%), Distrito Federal (94,9%) e Rio de Janeiro (94,6%).

Jornada de trabalho

O comércio continuou a registrar a maior jornada média semanal de trabalho entre os setores de atividade, em 2014, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo DIEESE e a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), com apoio do MTE/FAT (Ministério do Trabalho e Emprego e Fundo de Amparo ao Trabalhador) e convênios regionais.

Entre as cinco regiões pesquisadas em 2014, Recife registrou o maior tempo de trabalho semanal (48 horas), seguido por Fortaleza e Porto Alegre, com 46 horas. Recife já ocupava essa posição em 2012 e 2013, quando a jornada média foi de 49 e 48 horas semanais, respectivamente. No caso de Porto Alegre, a jornada média aumentou em 2014 em 1 hora, passando para 46 horas, retornando para a jornada observada em 2012.

Por outro lado, a região com menor jornada média semanal registrada foi Salvador, com 43 horas, seguida por São Paulo, com 44 horas, e em ambas o tempo de trabalho semanal diminuiu em 1 hora. Na região de Fortaleza (46 horas), a jornada permaneceu inalterada.

TABELA 5
**Jornada média semanal de trabalho dos ocupados no trabalho principal,
segundo setores de atividade econômica (em horas semanais)**
Regiões Metropolitanas – 2013 e 2014

Setores de atividade e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Recife		Salvador	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Total de Ocupados ¹	43	43	41	41	42	42	44	44	41	41
Indústria	43	43	42	41	42	42	45	45	42	42
Comércio	46	46	45	44	45	46	48	48	44	43
Serviços	41	41	40	40	40	40	42	42	40	40
Construção Civil	42	42	42	41	42	42	45	45	43	42

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui outros setores

Apesar de a jornada média de trabalho ter registrado diminuição e manutenção em algumas regiões, em 2014, o comércio continuou sendo o setor com a maior proporção de ocupados que trabalhou mais que a jornada legal de 44 horas semanais, o que ocorreu em todas as cinco regiões. Em quatro delas, mais da metade dos ocupados no comércio realizou jornada acima da legal. Em 2014, Recife (67,9%) e Fortaleza (56,9%) foram as regiões com maior percentual de trabalhadores com tempo de trabalho semanal superior ao previsto em lei. Ao mesmo tempo, as duas regiões que contabilizaram as menores proporções foram São Paulo, com 46,5% (diante de 49,8%, em 2013) e Porto Alegre, com 50,0% (50,7%, em 2013).

Vale observar que, das cinco regiões metropolitanas pesquisadas, em três diminuiu, em 2014, a proporção de ocupados trabalhando acima da jornada legal no comércio. Houve aumento de trabalho acima da jornada legal nas Regiões Metropolitanas do Recife (de 66,7% para 67,9%) e de Fortaleza (de 56,1% para 56,9%).

TABELA 6
**Proporção de ocupados que trabalharam mais que a jornada legal,
segundo setores de atividade econômica (em %)**
Regiões Metropolitanas - 2013 e 2014

Setores de atividade e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Recife		Salvador	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Total de Ocupados¹	42,6	42,5	32,3	29,1	30,8	29,4	50,9	51,4	41,1	38,3
Indústria	41,7	42,4	22,8	18,9	20,3	18,8	55,6	56,8	39,7	32,6
Comércio	56,1	56,9	49,8	46,5	50,7	50,0	66,7	67,9	58,1	53,9
Serviços	37,1	36,8	28,9	26,7	26,7	25,7	42,9	42,6	35,2	33,3
Construção Civil	35,1	36,1	35,1	30,4	31,0	27,0	60,4	62,3	47,0	43,6

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui outros setores

Obs.: Exclusive os Ocupados que não trabalharam na semana

Considerando a jornada média semanal de trabalho dos ocupados com e sem carteira de trabalho assinada no comércio, constata-se que os ocupados com carteira continuaram a ter a maior jornada em 2014. As duas regiões com as diferenças mais significativas entre as jornadas médias semanais dos ocupados com e sem carteira em 2014 foram Salvador (quatro horas) e Porto Alegre (três horas). Nas duas regiões metropolitanas, os ocupados com carteira de trabalho assinada tiveram jornada média semanal de 45 horas, enquanto os sem carteira trabalharam em média 41 e 42 horas, respectivamente. Por outro lado, em Fortaleza foi registrada a menor diferença entre as jornadas médias semanais dos ocupados com e sem carteira de trabalho em 2014 (1 hora). Em Fortaleza, os ocupados com registro trabalharam 46 horas semanais, enquanto os sem carteira tiveram jornada de 45 horas. Já em São Paulo, no caso dos ocupados com carteira não houve alteração enquanto entre os sem carteira ocorreu redução de 1 hora na jornada média em comparação com 2013 - os ocupados com registro trabalharam 45 horas e os sem carteira, 43 horas.

Ainda na comparação com 2013, ao se considerar a jornada média semanal dos ocupados com carteira de trabalho assinada, nota-se que, das cinco áreas pesquisadas, em 2014, houve redução da jornada em Fortaleza e Salvador, onde o tempo de trabalho passou de 47 para 46 horas. Nas demais regiões, não houve alteração. Já para o total de ocupados, o tempo de trabalho também ficou estável nos valores apresentados em 2013.

No que diz respeito à jornada média semanal dos ocupados sem carteira de trabalho assinada, a comparação entre 2013 e 2014 revela que em quatro regiões metropolitanas houve alteração na jornada, comportamento diferente do registrado em

2013, quando quatro áreas metropolitanas registraram jornadas sem alterações. Entre as regiões pesquisadas, houve queda de 2 horas em Recife, que passou de 49 para 47 horas semanais, e queda de 1 hora em Fortaleza (46 para 45 horas), em Salvador (42 para 41 horas) e São Paulo (44 para 43 horas).

TABELA 7
**Jornada média semanal do total de ocupados e dos ocupados no comércio,
segundo posição na ocupação (em horas semanais)**
Regiões Metropolitanas - 2013 e 2014

Posição na ocupação e Regiões	Fortaleza		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Total de Ocupados	43	43	42	42	44	44	41	41	41	41
Ocupados no Comércio ⁽¹⁾	46	46	45	46	48	48	44	43	45	44
Assalariados no setor privado	46	46	45	45	49	49	45	45	45	44
Com carteira	47	46	45	45	49	49	46	45	45	45
Sem carteira	46	45	42	42	49	47	42	41	44	43
Autônomos para empresa	40	38	40	38	32	31	(3)	(3)	36	35
Outros ⁽²⁾	46	47	49	51	51	52	41	41	48	47

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar

2) Inclui autônomo para o público, empregador, dono de negócio familiar, trabalhador familiar e outras posições na ocupação

3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Em 2014, percebe-se que a proporção de ocupados que trabalhou mais do que a jornada legal de 44 horas semanais no comércio permaneceu maior entre os ocupados com carteira assinada. A única exceção foi a Região Metropolitana de São Paulo, onde a proporção daqueles que tiveram jornada com mais de 44 horas semanais foi ligeiramente maior entre os ocupados sem carteira (45%) do que entre os com carteira (44%), repetindo o que ocorreu em 2013. Vale destacar ainda que, em três regiões metropolitanas, as proporções de ocupados com carteira que trabalharam acima da jornada legal de 44 horas semanais ficaram acima de 50% - Recife (72,4%), Salvador (58,2%) e Fortaleza (58,7%). Em quatro regiões o índice registrado diminuiu em comparação com 2013, enquanto em Recife o índice aumentou.

Quando se compara 2013 com 2014, considerando os comerciários ocupados sem carteira trabalhando acima de 44 horas semanais, as regiões de Fortaleza e Porto Alegre registraram crescimento nos índices, saindo de 56,6% e 42,7%, em 2013, para

58,3% e 46,9%, em 2014, respectivamente. As demais regiões tiveram queda na proporção de comerciários sem carteira assinada com jornada acima de 44 horas semanais. São Paulo foi a região que apresentou a maior queda: saiu de 48,8%, em 2013, para 45,0%, em 2014. Outro fato importante é que, entre 2013 e 2014, entre as regiões metropolitanas, Fortaleza e Recife tiveram aumento na proporção de ocupados no comércio com jornada acima da legal, possivelmente um reflexo das condições de trabalho nestas localidades, em contraste com a diminuição desta proporção em outras regiões.

TABELA 8
Proporção de ocupados no comércio que trabalharam
acima de 44 horas semanais, segundo posição na ocupação (em %)
Regiões Metropolitanas - 2013 e 2014

Posição na ocupação e Regiões	Fortaleza		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Ocupados no Comércio⁽¹⁾	56,1	56,9	50,7	50,0	66,7	67,9	58,1	53,9	49,8	46,5
Assalariados no setor privado	58,6	58,6	45,8	45,7	71,4	71,5	61,8	56,7	47,9	44,2
Com carteira	59,2	58,7	46,2	45,6	71,7	72,4	64,3	58,2	47,7	44,0
Sem carteira	56,6	58,3	42,7	46,9	70,0	67,5	50,2	49,4	48,8	45,0
Autônomos para empresa	(3)	(3)	(3)	(3)	26,5	23,5	(3)	(3)	28,9	27,2
Outros ⁽²⁾	54,8	56,5	65,4	64,4	67,5	70,9	51,3	49,3	60,5	58,7

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar

2) Inclui autônomo para o público, empregador, dono de negócio familiar, trabalhador familiar e outras posições na ocupação

3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Negociações salariais

Em 2014, a maior parte das negociações no comércio (98,2%), acompanhadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), registrou ganho real, ou seja, aumento real de salários superior à evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE) (Tabela 9). Em comparação com os demais setores econômicos, o percentual ficou acima do observado nos serviços (89,2%) e também do verificado na indústria (90,9%).

TABELA 9
Distribuição dos reajustes salariais no
comércio em comparação com INPC
Brasil - 2010-2014

Variação	2010	2011	2012	2013	2014
Acima do INPC-IBGE	93,4	95,0	95,8	98,3	98,2
Mais de 5% acima	0,8	0,8	1,7	-	-
De 4,01% a 5% acima	0,8	0,8	3,3	-	-
De 3,01% a 4% acima	14,8	2,5	2,5	4,1	2,7
De 2,01% a 3% acima	16,4	20,7	34,2	14,0	8,0
De 1,01% a 2% acima	34,4	47,1	39,2	46,3	72,6
De 0,01% a 1% acima	26,2	23,1	15,0	33,9	15,0
Igual ao INPC-IBGE	2,5	2,5	1,7	-	0,9
De 0,01% a 1% abaixo	3,3	2,5	2,5	1,7	0,9
De 1,01% a 2% abaixo	-	-	-	-	-
De 2,01% a 3% abaixo	-	-	-	-	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	-	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	0,8	-	-	-	-
Mais de 5% abaixo	-	-	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	4,1	2,5	2,5	1,7	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários - SAS

Elaboração: DIEESE

O aumento real médio do comércio ficou em 1,47% em 2014, muito próximo tanto do percentual da indústria (1,38%) quanto do setor de serviços (1,35%) (Tabela 10). Quando comparado com os aumentos reais médios dos anos anteriores, ocorre um pequeno crescimento em relação ao ano anterior (1,42%), porém, menor do que o de 2010 (1,58%) e o de 2012 (1,91%). O cenário da inflação, semelhante ao de 2013, com índices em patamares mais elevados, e também a desaceleração da atividade econômica, trouxeram maiores dificuldades para a obtenção de ganhos reais mais elevados.

TABELA 10
Aumentos reais⁽¹⁾ (em %)
Comércio - 2010-2013

Aumento real	2010	2011	2012	2013	2014
Maior	4,99	5,30	7,25	3,96	3,95
Menor	0,01	0,09	0,04	0,02	0,14
Médio	1,58	1,49	1,91	1,42	1,47

Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS

Elaboração: DIEESE – Rede Comerciários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontando a INPC-IBGE entre as datas-bases de cada unidade de negociação

Obs: Os valores dos menores aumentos reais correspondem ao primeiro valor acima do INPC-IBGE

Considerações finais

A análise do desempenho das vendas e do comportamento do emprego, em 2014, revelou os resultados positivos do comércio, como havia acontecido nos anos anteriores, apesar do fraco desempenho da economia brasileira no ano passado. Os indicadores mostraram vigor da atividade no período, tendência já verificada antes. Contudo, esses bons resultados não refletiram melhorias nas condições de trabalho da categoria.

A jornada de trabalho do comércio foi maior em comparação com outros setores econômicos, apesar de apresentar melhora em relação ao ano anterior. Os rendimentos dos trabalhadores continuam baixos, situação agravada pela alta rotatividade. Permanecem desafios históricos e estruturais, como os abordados no texto, além da informalidade.

Para este ano, a Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima um crescimento de 1,0% no varejo brasileiro. Para o segmento supermercadista, a projeção é de 2% de incremento real nas vendas em 2015, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). As projeções levam em conta a desaceleração da massa de rendimentos, maior restrição ao crédito e pressão dos preços administrados no orçamento das famílias. É necessário não perder de vista o fato de que mesmo as projeções mais pessimistas preveem que o varejo continuará a crescer, ainda que em patamares claramente menores do que o esperado anteriormente.

Finalmente, é preciso ponderar que embora o país viva um período de dificuldade com projeções que estimam crescimento negativo para o PIB (-1,0 a -1,5%), com aumento das taxas de desemprego e, ao mesmo tempo, diminuição na geração de postos de trabalho, não há uma crise profunda como quer fazer crer a mídia.

Nesse sentido, o quanto antes houver sinais claros de retomada da atividade econômica, mais rapidamente a confiança do consumidor no país será restabelecida.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP
Vice-presidente: Luis Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas

Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Executivo: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

Equipe Técnica Responsável

Adalberto Silva

Daniela Sandi

Diego Romano

Fabiana Campelo

Mauricio Mulinari

José Álvaro de Lima Cardoso (crítica e revisão técnica)